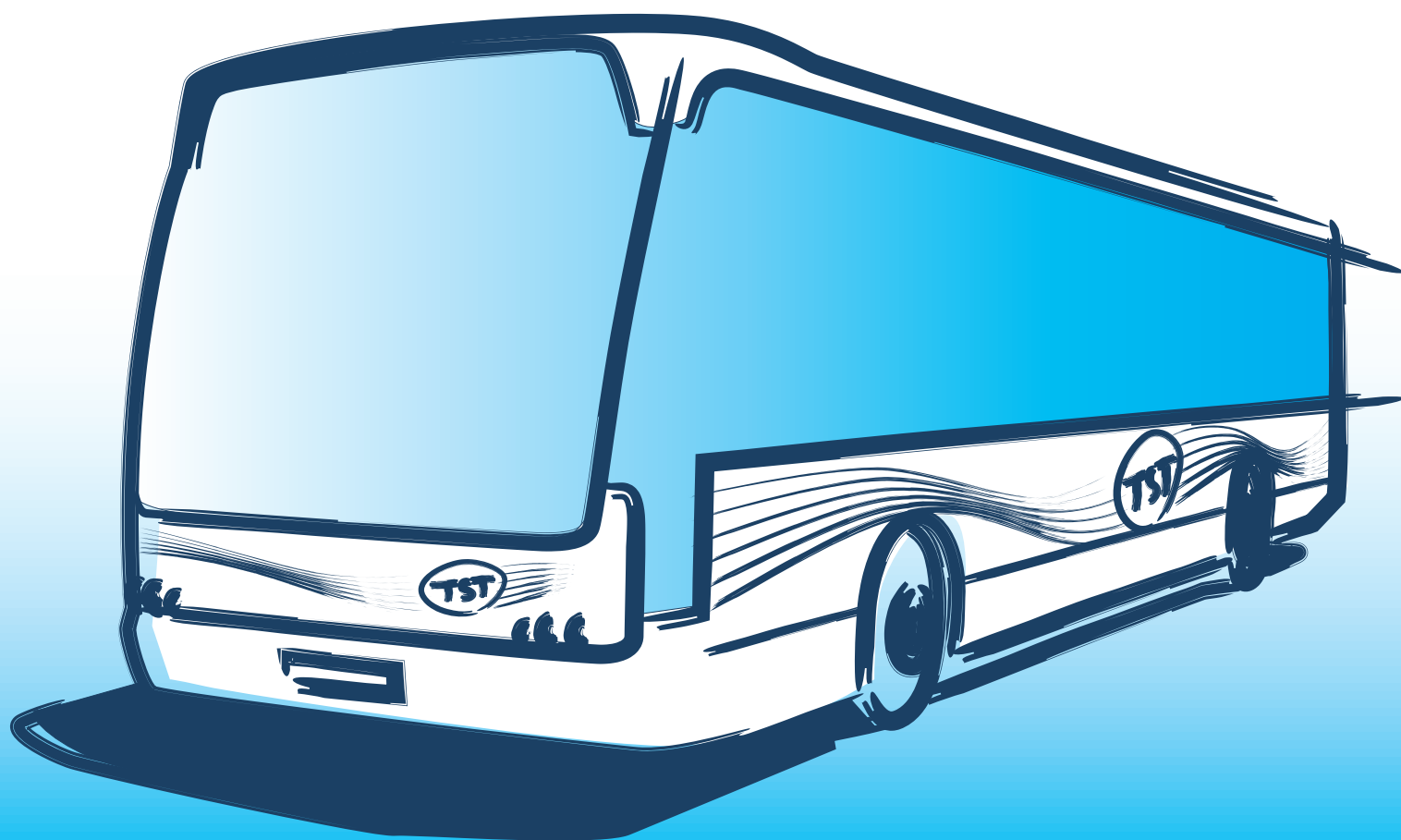


NO CAMINHO CERTO. *ON THE RIGHT TRACK.*



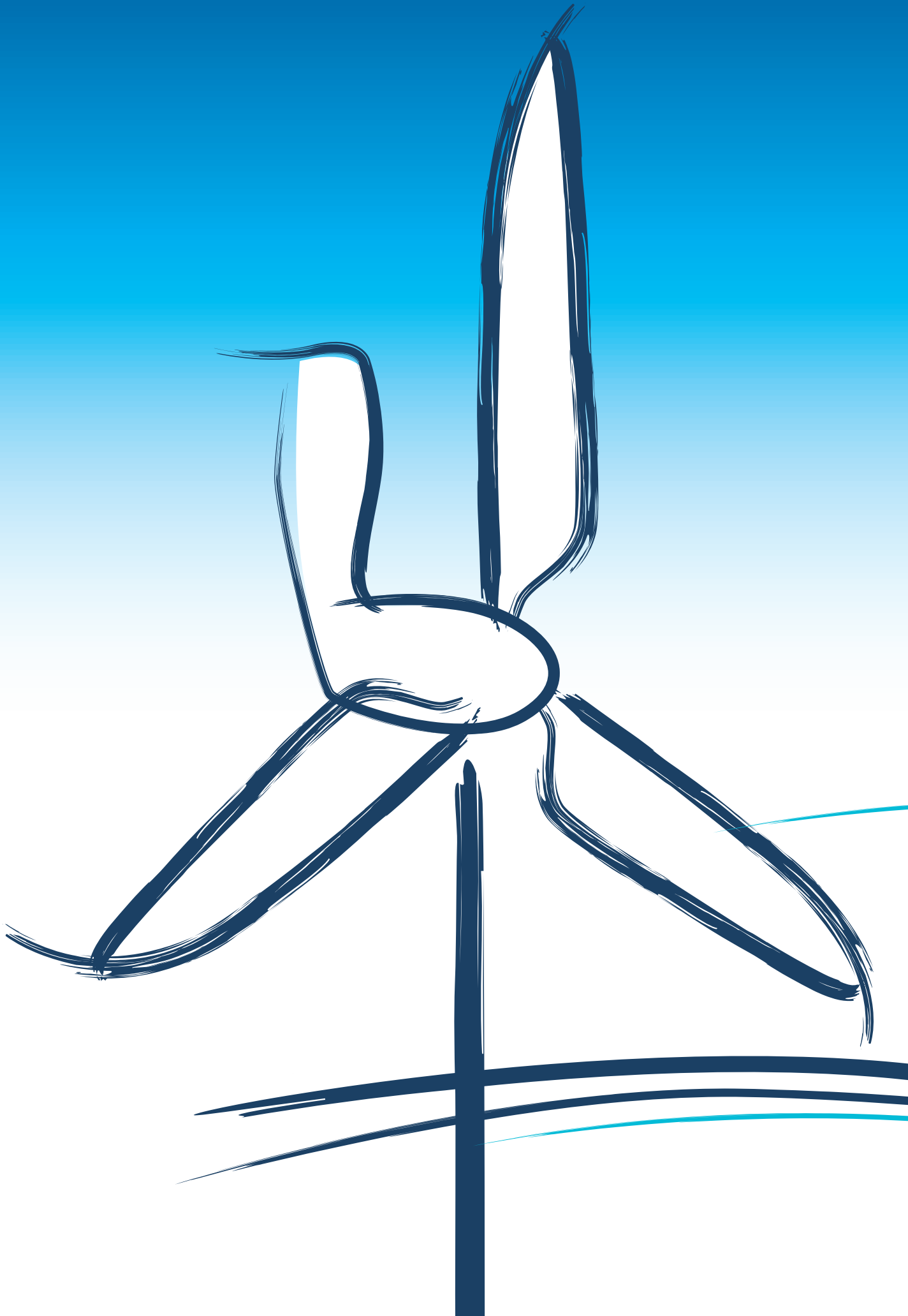
**TRANSPORTES SUL DO TEJO S.A.
RELATÓRIO E CONTAS 2011**

*TRANSPORTES SUL DO TEJO S.A.
ANNUAL REPORT 2011*



**TRANSPORTES
SUL DO TEJO**



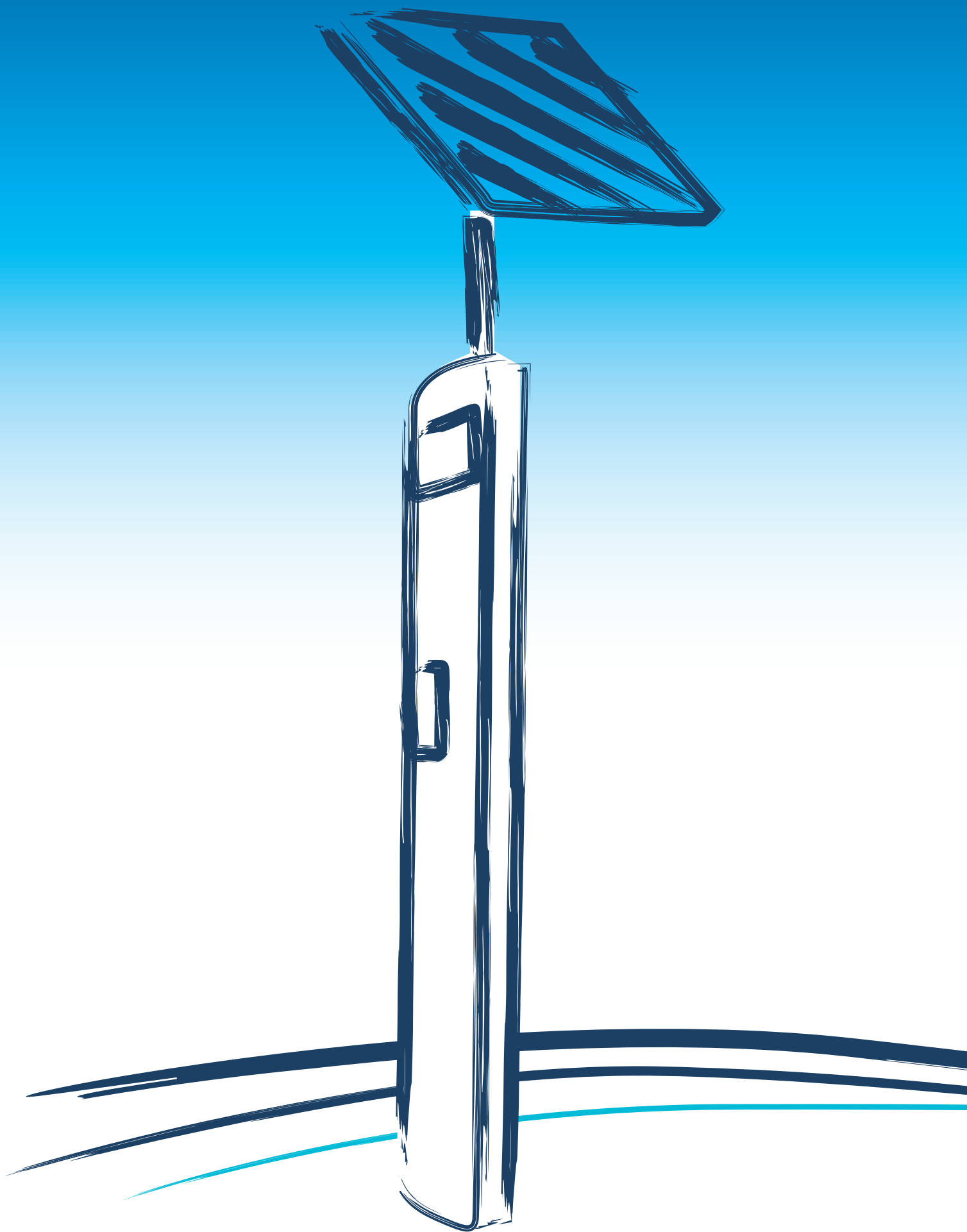


00

ÍNDICE

CONTENTS

01	Orgãos Sociais	5	<i>Board of Directors</i>
02	Relatório do Conselho de Administração	7	<i>Board of Directors Report</i>
1.	Atividade do Ano	7	<i>Annual Activity</i>
2.	Perspetivas Futuras	10	<i>Future Prospects</i>
3.	Referências	11	<i>Acknowledgements</i>
4.	Proposta de Aplicação de Resultados	11	<i>The Proposed Appropriation of Profits</i>
03	Demonstrações Financeiras		<i>Financial Statements</i>
1.	Balanço		<i>Balance Sheet</i>
2.	Demonstração dos Resultados por Naturezas		<i>Income Statement</i>
3.	Demonstração das Alterações no Capital Próprio		<i>Equity Statement</i>
4.	Demonstração de Fluxos de Caixa	15	<i>Cash Flow Statement</i>
04	Anexo às Demonstrações Financeiras		
	do Exercício findo em 31 de dezembro de 2011	22	



ORGÃOS SOCIAIS

BOARD OF DIRECTORS

ASSEMBLEIA GERAL

GENERAL ASSEMBLY

Keith John Bastow
Presidente
Chairman

Célia Maria Sousa Cordeiro da Conceição Barradas
Secretário
General Secretary

Antero dos Santos Monteiro
Secretário Suplente
Substitute Secretary

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

BOARD OF DIRECTORS

David Timothy Chisnall Evans
Presidente
Chairman

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
Vogal
Board Member

José Manuel de Sá Guimas
Vogal
Board Member

Luís de Almada Guedes Machado
Vogal
Board Member

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos
Vogal
Board Member

Luís Manuel Delicado Cabaço Martins
Vogal
Board Member

Robert Stephen Boyd
Vogal
Board Member

FISCAL ÚNICO

AUDITORS

Price Waterhouse Coopers e Associados SROC, Lda.

Representada por Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão ou Ricardo Filipe de Frias Pinheiro

José Manuel Henriques Bernardo
Suplente
Substitute



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BOARD OF DIRECTORS REPORT

1. ATIVIDADE DO ANO

No ano de 2011 Portugal foi fortemente influenciado pela conjuntura económica europeia, caracterizada pelos desequilíbrios verificados nas dívidas soberanas de vários países.

Portugal não foi exceção e a dimensão da sua dívida soberana originou o estabelecimento de políticas económicas contracionistas que levaram a eleições legislativas e à tomada de posse de um novo Governo no final do primeiro semestre do ano.

A dimensão dos problemas financeiros diagnosticados levou à intervenção e apoio de organizações internacionais que, para disponibilizarem o apoio necessário ao país, negociaram um plano de implementação de reformas estruturais e de austeridade com impacto nos diversos agentes económicos.

Este plano, denominado «Memorando de Entendimento», no que respeita ao setor dos transportes, mostrou-se bastante crítico face à dimensão do endividamento e défice das empresas públicas do setor, definindo como prioritária a sua reestruturação.

No sentido de procurar minimizar o défice das empresas públicas de transporte, o Governo começou por aumentar as tarifas de transporte destas empresas em 15% no dia 1 de agosto de 2011, tendo as tarifas dos operadores privados aumentado unicamente 2,7%.

1. ANNUAL ACTIVITY

During 2011, the economic situation in Europe, which is characterised by a sovereign debt crisis that affects various countries, had a major effect on Portugal.

Portugal was no exception and the extent of its sovereign debt led to the introduction of economic policies that restrict spending which in turn led to a general election and the election of a new government at the end of the first half of the year.

The extent of the financial problems diagnosed led to the intervention of international organisations, which, in order to provide Portugal with the aid it needed, negotiated a plan for the implementation of structural reforms and austerity, which had an impact on the various economic players.

So far as the transport sector is concerned, this plan, which is called a “Memorandum of Understanding”, was very critical of the extent of the indebtedness and deficit of the state-owned companies in the sector and provides that the reorganisation of the sector is a priority.

In order to attempt to reduce the deficit of the publicly owned transport companies, the Government commenced by increasing the fares charges by these companies by 15% on 1st August, which the fares charged by private operators increased by only 2.7%.

Por outro lado, elaborou um plano estratégico dos transportes, focado essencialmente nas empresas públicas, com o objetivo de que estas empresas pudessem apresentar, no ano de 2012, um EBITDA tendencialmente equilibrado, anunciando, ainda, que se iria proceder à fusão das empresas metropolitanas de autocarros e metro.

Na linha da contenção de custos destas empresas, foi criado um grupo de trabalho para reestruturar o sistema tarifário e as redes de serviços, no sentido de eliminar sobreposições entre operadores e, concretamente, as sobreposições com linhas de operadores privados.

Apesar de várias medidas terem sido propostas ao grupo de trabalho, não houve qualquer redução das sobreposições de oferta entre os operadores públicos e privados e, a nível tarifário, a única modificação introduzida foi a criação de um novo passe urbano para a cidade de Lisboa, denominado Navegante, tendo-se reduzido os descontos da 3ª idade, reformados e pensionistas.

Para minimizar o impacto social da subida dos preços, o Governo criou o passe social +, para os cidadãos ou agregados familiares com manifestas carências económicas.

Assim, a atividade, ao longo de 2011, dos reguladores e decisores políticos esteve centrada nos problemas das empresas públicas.

Esta estratégia, associada à enorme dificuldade de disponibilização de recursos financeiros, teve como consequência que, pela primeira vez nos últimos sete anos, não tenha sido possível chegar a qualquer acordo com o Governo na atribuição, às empresas privadas, da devida verba de compensação pela imposição da obrigação tarifária associada aos preços sociais praticados na área metropolitana de Lisboa.

Este facto foi determinante para os resultados líquidos do exercício apresentados em 2011.

O cenário de crise económica com impacto no nível de rendimento disponível dos agentes económicos,

The Government also prepared a strategic transport plan, which essentially focuses on the publicly owned companies to the intent that these companies would have an EBITDA in 2012, which is more balanced. The plan also announced that the metropolitan bus and metro companies are to merge.

As part of the efforts to control the overheads of these companies, a working group was created to restructure the fares system and service networks with a view to the elimination of overlapping between operators, particularly overlapping of private operators.

Despite the various measures proposed to the working group, there has been no reduction of the overlapping offer of services between public and private operators. The only change introduced in terms of fares was the creation of a new urban pass for Lisbon, called Navegante, which reduced the discounts for the elderly, retired and pensioners.

The Government created a subsidised pass (passe social +) for individuals and families in difficult financial circumstances, in order to minimise the social impact of the prices increases.

This activity of the regulators and political decision-makers was focused on the problems of the public companies throughout 2011.

The consequence of this strategy, combined with the enormous difficulty in the provision of financial resources, was that, for the first time in seven years, it has not been possible to reach any agreement with the government with regard to the payment of the appropriate amount to the private transport companies with regard to the imposition of the fares obligation associated with subsidised prices charged within the Lisbon metropolitan area.

This fact had a decisive effect on the net profits of the 2011 financial year.

The economic crisis and its impact on the disposable income of the general public have resulted in a reduction of mobility, primarily in terms of local and occasional travel.

originou uma diminuição de mobilidade, principalmente ao nível das deslocações locais e ocasionais.

A conjuntura económica obrigou a uma permanente análise ao nível da rede de serviços disponibilizada ao mercado, tendo-se concretizado um conjunto de ações de adaptação da oferta aos níveis de procura, o que resultou na redução de 1,6% de quilómetros percorridos no ano quando comparados com o ano anterior.

A decisão de aumentar significativamente os preços dos títulos de transporte contribuiu para uma sensível redução do nível de procura que caiu 4,8% relativamente ao ano anterior, sendo que ao nível das deslocações ocasionais com bilhete, a quebra foi de 10,6% e, ao nível das deslocações regulares com passes, a diminuição foi de 4,5%.

Apesar desta quebra de procura, e face ao aumento dos preços ocorrido, os proveitos do serviço público aumentaram 1,3% relativamente ao ano anterior.

Na área comercial, a conjuntura económica teve um impacto igualmente significativo nas decisões dos clientes desta área, levando-os a adotar medidas de maior racionalidade económica.

Os clientes empresariais procuraram otimizar as deslocações de transporte dos seus trabalhadores, tendo originado uma redução de oferta de cerca de 25%, enquanto as deslocações ocasionais de grupos, face à diminuição do rendimento disponível, caíram cerca de 8%. O efeito conjugado deste comportamento do mercado resultou num decréscimo de 7% nos proveitos desta atividade.

Apesar da contração do mercado, foram desenvolvidas, ao longo do ano, várias campanhas de promoção dos nossos serviços, salientando-se a participação no transporte para vários festivais de música realizados no verão na nossa zona de operação, com o envolvimento dos autocarros descapotáveis que tiveram um enorme sucesso e reconhecimento por parte dos patrocinadores e clientes.

No âmbito da inovação, a empresa continuou a desenvolver, ao longo do ano, projetos ligados ao

The economic situation has compelled us to undertake a constant review of the level of service network provided to the public and a series of measures to adapt the supply to demand have been implemented, which resulted in a 1.6% reduction in the number of kilometres travelled in comparison to the previous year.

The decision to significantly increase transport prices contributed to a 4.8% fall in demand in comparison to the previous year. In the case of occasional journeys with a ticket the fall was 10.6%, while the decline in regular journeys using a transport pass was 4.5%.

Despite this fall in demand and as a consequence of the prices increases, the company's public transport revenue increased by 1.3% in relation to the previous year.

In the commercial area, the economic situation also had a significant impact on the decisions of our clients in this area and led to the adoption of economic rationalization measures by them.

Our business clients seek to optimise the journeys carrying their employees and this resulted in a 25% reduction of supply, while occasional group journeys fell by approximately 8% as a consequence of the reduction of disposable income. The combined effect of this market behaviour resulted in a 7% fall in revenue from this business segment.

Despite the contraction of the market, various campaigns were conducted to promote our services, particularly noteworthy is our participation in transport to various music festivals held in the summer within our operating area, which involved convertible open-top buses, which were a great success and achieved great recognition from our sponsors and clients.

Throughout the year, the company continued its engagement in projects with regard to operations assistance system and real time passenger information system, which was concluded at the end of the year, and the new contactless ticketing project, which will be concluded during the first half of 2012.

sistema de ajuda à exploração e informação em tempo real aos passageiros, que foi concluído no final do ano, e o novo projeto de bilhética sem contacto que estará finalizado no primeiro semestre de 2012.

Na área da manutenção, o ano foi marcado pelos esforços desenvolvidos no sentido de aprofundar o conhecimento com o objetivo de melhorar e solucionar os problemas surgidos no desempenho das viaturas importadas da Holanda. A inexistência de representantes em Portugal, ao nível da mecânica e carroçaria, destas viaturas, para além de dificultar tecnicamente a resolução dos problemas, trouxe também um significativo acréscimo de custos de reparação que contribuiu para o aumento de 7,3% do total de custos desta atividade no ano de 2011.

Ao nível do consumo específico de gasóleo, o trabalho desenvolvido de formação e monitorização da atitude de condução permitiu uma redução deste consumo em 1,1%, tendo o preço deste combustível aumentado 8,6% sobre o ano anterior.

Na área dos recursos humanos, a empresa continuou a estratégia de formação, desenvolvimento e motivação dos seus colaboradores, tendo-se, mais uma vez, realizado o inquérito de opinião para avaliar o seu nível de satisfação.

Foram ministradas 30.836 horas de formação no desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, que contribuíram para uma diminuição das reclamações nos últimos meses do ano. É de salientar a conclusão do Código de Ética e Conduta, distribuído a todos os colaboradores que participaram numa ação específica de formação sobre este tema, e que contribuiu para a transmissão e consolidação dos valores da empresa e clarificação das condutas a adotar.

Dando cumprimento às linhas orientadoras do Grupo, elaborou-se o Manual de Boas Práticas Concorrenciais, que foi divulgado aos colaboradores com potencial envolvimento nesta matéria e a quem foi dada a devida formação.

The maintenance area's year was marked by the investigations made with a view to the improvement and solution of problems affecting the performance of vehicles imported from the Netherlands. The non-existence of representatives in Portugal with regard to the mechanical and bodywork aspects of these vehicles, not only increased the technical difficulty involved in the resolution of the problems, also resulted in a significant increase of repair costs, which contributed to a 7.3% increase in the overall costs of the maintenance area in 2011.

So far as diesel consumption is concerned, the training work done and the monitoring of driving attitudes, has led to a 1.1% reduction of diesel consumption. The price of diesel increased by 8.6% in relation to the previous year.

So far as human resources are concerned, the company has continued its strategy to train, develop and motivate its employees, and, once again, conducted a survey to evaluate the satisfaction level.

30,836 hours of training to develop technical and behavioural skills was provided, which contributed to a reduction of complaints in the latter months of the year.

Particularly noteworthy is the conclusion of the Code of Ethical Standards and Conduct, which was distributed to all employees that took part in a specific training initiative regarding the Code. This contributed to the communication and consolidation of the company's values and clarified the proper modes of conduct.

A manual of good competition practices in accordance with the Group's guidelines was produced and distributed to employees, who are potentially involved with competition, who were also given the appropriate training.

In 2011, the Varzinha and Sesimbra workshops were certified as per OHSAS 180001:2007, in accordance with the company's existing health and safety at work strategy.

Continuing and deepening its policy to create partnerships with other organisations, the Company continued its contact and joint projects with the main

Continuando a estratégia definida anteriormente sobre saúde e segurança no trabalho, as oficinas da Varzinha e Sesimbra foram certificadas este ano de acordo com a OHSAS 18001:2007.

Mantendo e aprofundando a política de desenvolvimento de parcerias com outras entidades, mantiveram-se contactos e projetos conjuntos com as principais forças de segurança que atuam na nossa zona de operação, aumentando o sentimento de segurança dos nossos serviços junto do pessoal de movimento e dos nossos clientes.

Foram estabelecidos, ao longo do ano, vários contactos com os órgãos do poder local, nomeadamente na avaliação de alterações à rede de serviços de transporte, procurando encontrar as soluções que melhor servissem as necessidades de mobilidade das populações.

Com o objetivo de melhorar o desempenho energético da empresa, participámos em inúmeras iniciativas com as agências de energia existentes nos concelhos que servimos, disponibilizando toda a informação necessária sobre a atividade de transporte nesses concelhos.

Em resultado do trabalho desenvolvido, a empresa apresentou um resultado operacional negativo de €3.258.717,93 e um resultado líquido negativo de €2.951.321,91.

2. PERSPETIVAS FUTURAS

As dificuldades económicas europeias, e, em particular, a situação de crise económica que Portugal atravessa, resultante do valor da dívida soberana, irão condicionar a atividade do setor dos transportes.

As previsões de uma recessão económica em 2012 e um débil crescimento económico nos anos seguintes irão restringir a mobilidade dos vários agentes económicos

police forces in its operating area and increased the security awareness of our transport staff and clients with regard to our services.

Various contact were made with the local authorities throughout the year, i.e. with regard to the valuation of alterations to the transport services network with a view to encountering solutions that best serve the mobility requirements of the general public.

In order to improve the Company's energy performance, we took part in innumerable initiatives with the energy agencies in the municipalities we serve, by providing all necessary information regarding the transport activity in those municipalities.

As a consequence of the work done, the Company had an operating loss of €3.258.717,93, and a net loss of €2.951.321,91.

2. FUTURE PROSPECTS

The activity of the transport sector will be negatively affected by the current economic difficulties in Europe and particularly by the economic crisis in Portugal as a consequence of the extent of its sovereign debt.

The forecasts of an economic recession in 2012, and weak economic growth in the following years, will limit the mobility of the general public, which will have a direct impact on passenger public transport demand.

The level of public sector indebtedness could lead political decision makers and the sector's regulators to concentrate on the resolution of these problems, by seeking to comply with the 2011 strategic transport plan, which would delay restructuring measures, which are fundamentally important to the financial sustainability of public transport business.

The reformulation of the fares system in metropolitan areas is a fundamental aspect of the development of

com repercussão direta na procura do transporte público de passageiros.

O nível de endividamento do setor empresarial do Estado poderá levar a que os decisores políticos e os reguladores do setor se foquem na resolução destes problemas, procurando cumprir o plano estratégico de transportes estabelecido em 2011, retardando medidas de reestruturação fundamentais para a sustentabilidade financeira da atividade de transporte público.

A reformulação do sistema tarifário das áreas metropolitanas é uma peça fundamental para o desenvolvimento do sistema e que terá de ser vista conjugando a relação da elasticidade procura/preço, com o nível de receitas que o sistema terá de garantir, para que as empresas operadoras sejam sustentáveis, garantindo a cobertura dos custos do nível de serviço disponibilizado, gerando cash-flow para os necessários investimentos e a remuneração do capital investido.

A concretização do plano estratégico definido pelo Governo poderá constituir uma oportunidade para a iniciativa privada na medida em que se poderá candidatar, nos termos de um contrato de gestão, a empresas com grande potencial de sucesso.

Ao nível interno, a empresa continuará a apostar na valorização dos seus colaboradores no sentido de lhes dar competências para que o seu desempenho possa acrescentar cada vez mais valor aos nossos clientes.

Face a um cenário de manutenção das dificuldades económicas, continuaremos a dar atenção a iniciativas no âmbito da responsabilidade social, procurando apoiar todos aqueles que se mostrem mais vulneráveis neste contexto.

3. REFERÊNCIAS

O Conselho de Administração agradece o contributo prestado por todos quantos colaboraram para o desenvolvimento da atividade da empresa,

the system and must be viewed together with demand/ price elasticity, the level of revenue that the system will have to ensure in order for operator companies to be sustainable, by covering the costs of the level of service provided, by generating cash-flow for the necessary investments and the return on capital invested.

The implementation of the strategic plan defined by the Government could be an opportunity for private initiative, to the extent that they will be able to apply for the grant of contracts to manage enterprises with a greater success potential.

Internally the Company's will continue to stress the valorisation of its employees with a view to equipping them with skills so that their performance will add value to the service provided to our clients.

Faced with a scenario of continued economic problems, we will continue to give importance to our social responsibility initiatives, which seek to aid all those, who are most vulnerable in that context.

3. ACKNOWLEDGEMENTS

The Board of Directors expresses its gratitude to all those who have contributed to the development of the Company's business, i.e. its clients, suppliers, consultants, banks and other private and public bodies. The directors expressly acknowledge the efforts, dedication and skill of all of the Company's employees, who have contributed to the results achieved during this financial year.

The shareholder is thanked for the initiative, follow-up and support provided throughout this year.

designadamente clientes, fornecedores, consultores, instituições financeiras e demais entidades públicas e privadas.

A administração expressa o seu reconhecimento a todos os colaboradores da empresa cujo esforço, dedicação e competência contribuíram para os resultados alcançados neste exercício.

Ao acionista o reconhecimento pelo incentivo, acompanhamento e apoio demonstrados ao longo do corrente ano.

4. THE PROPOSED APPROPRIATION OF PROFITS

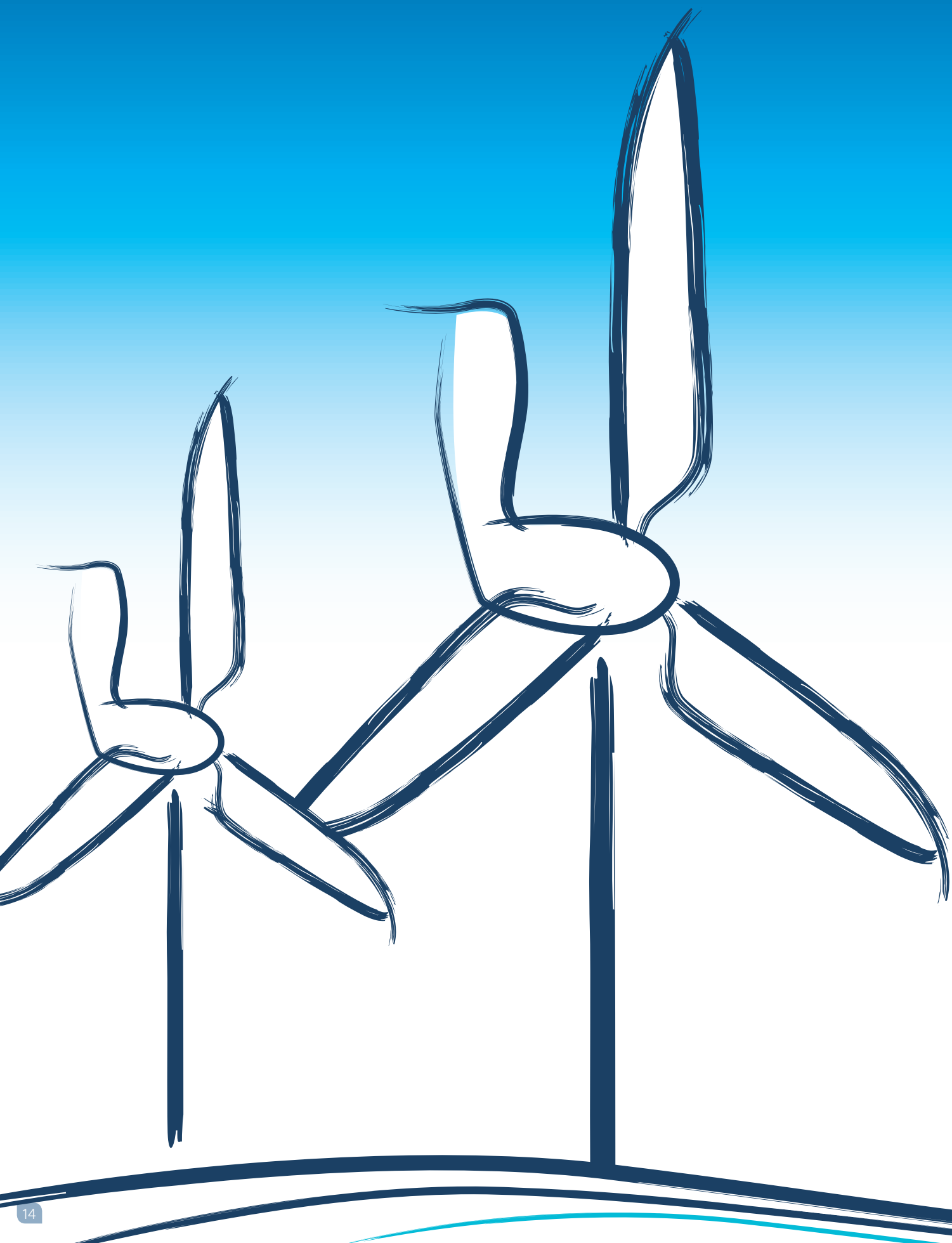
Under the terms of paragraph f) of number 5, article 66 of the Companies Code and in conformity with the Articles of Association of the Company, we propose that the Net Loss for the financial year ending 31 December 2011 of € 2.951.321,91, be transferred to Retained Earnings.

Laranjeiro, 31st of May 2012

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, e em conformidade com os Estatutos da Empresa, propomos que o Resultado Líquido negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de €2.951.321,91, seja transferido para Resultados Transitados.

Laranjeiro, 31 de maio de 2012





03

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

1. BALANÇO

		31 DE DEZEMBRO	
	NOTAS	2011	2010
ATIVO			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3, 6	26,633,414.80	26,811,503.88
Ativos intangíveis	3, 7	14,770,945.02	14,831,751.30
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	3, 8	19,105.50	34,115.16
Participações financeiras - outros métodos	3, 8	119,829.12	82,686.22
Ativos por impostos diferidos	3, 9	1,604,715.95	520,304.16
		43,148,010.39	42,280,360.72
Corrente			
Inventários	3, 10	394,418.84	407,009.99
Clientes	3, 11	4,241,810.73	3,449,108.96
Adiantamentos a fornecedores		17,048.16	44,225.79
Estado e outros entes públicos	3, 12	1,416,419.56	1,066,553.43
Acionistas/sócios		-	219,533.41
Outras contas a receber	3, 14	2,368,087.95	8,485,588.95
Diferimentos	3, 15	116,902.62	142,628.50
Caixa e depósitos bancários	4	357,549.63	507,477.76
		8,912,237.49	14,322,126.79
Total do ativo		52,060,247.88	56,602,487.51
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	16	5,719,810.00	5,719,810.00
Reservas legais	16	1,410,437.11	1,410,437.11
Resultados transitados		3,949,269.40	3,930,426.66
Outras variações no capital próprio	17	2,397,457.73	1,420,624.68
Resultado líquido do período		(2,951,321.91)	1,018,842.74
Total do capital próprio		10,525,652.33	13,500,141.19
PASSIVO			
Não corrente			
Provisões	3, 18	866,944.35	673,440.48
Financiamentos obtidos	3, 19	14,294,212.70	13,853,138.97
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	3, 22	707,680.00	764,794.47
Passivos por impostos diferidos	3, 9	864,389.52	535,536.07
Outras contas a pagar	3, 13, 21	2,300,000.00	2,300,000.00
		19,033,226.57	18,126,909.99
Corrente			
Fornecedores	3, 20	3,564,922.43	4,758,719.86
Adiantamentos de clientes		850.00	900.00
Estado e outros entes públicos	3, 12	977,159.60	991,411.31
Acionistas/sócios	3, 13	6,565,021.51	5,389,327.80
Financiamentos obtidos	3, 19	6,748,711.98	8,622,908.80
Outras contas a pagar	3, 21	4,437,897.79	5,125,728.29
Diferimentos	3, 15	206,805.67	86,440.27
		22,501,368.98	24,975,436.33
Total do passivo		41,534,595.55	43,102,346.32
Total do capital próprio e do passivo		52,060,247.88	56,602,487.51

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2011.

A ADMINISTRAÇÃO

David Timothy Chisnall Evans (Presidente)

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Guimarães

Luís de Almada Guedes Machado

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

Luís Manuel Delicado Cabaço Martins

Robert Stephen Boyd

O TÉCNICO DE CONTAS

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

1. BALANCE SHEET

		31 DECEMBER	
	NOTES	2011	2010
ASSETS			
Non-Current			
Tangible fixed assets	3, 6	26,633,414.80	26,811,503.88
Intangible assets	3, 7	14,770,945.02	14,831,751.30
Investments - Equity method	3, 8	19,105.50	34,115.16
Investments - Other methods	3, 8	119,829.12	82,686.22
Deferred tax assets	3, 9	1,604,715.95	520,304.16
		43,148,010.39	42,280,360.72
Current			
Inventories	3, 10	394,418.84	407,009.99
Trade debtors	3, 11	4,241,810.73	3,449,108.96
Advances to suppliers		17,048.16	44,225.79
State and other public entities	3, 12	1,416,419.56	1,066,553.43
Shareholders/partners		-	219,533.41
Other receivables	3, 14	2,368,087.95	8,485,588.95
Deferrals	3, 15	116,902.62	142,628.50
Cash and bank deposits	4	357,549.63	507,477.76
		8,912,237.49	14,322,126.79
Total assets		52,060,247.88	56,602,487.51
EQUITY			
Share capital	16	5,719,810.00	5,719,810.00
Legal reserves	16	1,410,437.11	1,410,437.11
Retained earnings		3,949,269.40	3,930,426.66
Other variations in equity	17	2,397,457.73	1,420,624.68
Net result for the period		(2,951,321.91)	1,018,842.74
Total equity		10,525,652.33	13,500,141.19
LIABILITIES			
Non-current			
Provisions	3, 18	866,944.35	673,440.48
Borrowings	3, 19	14,294,212.70	13,853,138.97
Liabilities for post-employment benefits	3, 22	707,680.00	764,794.47
Deferred tax liabilities	3, 9	864,389.52	535,536.07
Other payables	3, 13, 21	2,300,000.00	2,300,000.00
		19,033,226.57	18,126,909.99
Current			
Trade creditors	3, 20	3,564,922.43	4,758,719.86
Advances from clients		850.00	900.00
State and other public entities	3, 12	977,159.60	991,411.31
Shareholders/partners	3, 13	6,565,021.51	5,389,327.80
Borrowings	3, 19	6,748,711.98	8,622,908.80
Other payables	3, 21	4,437,897.79	5,125,728.29
Deferrals	3, 15	206,805.67	86,440.27
		22,501,368.98	24,975,436.33
Total liabilities		41,534,595.55	43,102,346.32
Total equity and liabilities		52,060,247.88	56,602,487.51

The accompanying notes are an integral part of the balance sheet for the period ended 31 December 2011

BOARD OF DIRECTORS

David Timothy Chisnall Evans (Chairman)

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Cuimas

Luís de Almada Guedes Machado

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

Luís Manuel Delicado Cabaço Martins

Robert Stephen Boyd

THE CHIEF ACCOUNTANT

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE		
	NOTAS	2011	2010
Serviços prestados	23	48,804,176.46	48,729,783.47
Subsídios à exploração	24	2,862,266.99	2,927,667.56
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas a empreendimentos conjuntos	8	35,401.09	48,134.06
Trabalhos para a própria entidade	25	366,035.51	2,969,252.85
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10	(15,399,320.63)	(13,512,591.28)
Fornecimentos e serviços externos	26	(7,692,516.57)	(10,006,377.48)
Gastos com o pessoal	27	(24,002,538.53)	(24,337,246.04)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11, 14	(2,805,434.59)	(467,188.25)
Provisões (aumentos / reduções)	18	(193,503.87)	(164,492.74)
Aumentos/reduções de justo valor		-	(907.81)
Outros rendimentos e ganhos	28	1,393,114.11	1,545,717.67
Outros gastos e perdas	29	(668,486.40)	(833,471.49)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2,699,193.57	6,898,280.52
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6	(5,957,911.50)	(5,782,394.66)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(3,258,717.93)	1,115,885.86
Juros e gastos similares suportados	30	(710,041.69)	(203,557.35)
Resultado antes de impostos		(3,968,759.62)	912,328.51
Imposto sobre o rendimento do período	31	1,017,437.71	106,514.23
Resultado líquido do período		(2,951,321.91)	1,018,842.94
Resultado por ação básico		-2.58	0.89

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o período findo em 31 de dezembro de 2011.

A ADMINISTRAÇÃO

David Timothy Chisnall Evans (Presidente)

Antônio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Guimarães

Luís de Almada Guedes Machado

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

Luís Manuel Delicado Cabaço Martins

Robert Stephen Boyd

O TÉCNICO DE CONTAS

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

2. INCOME STATEMENT

REVENUES AND COSTS	PERIOD ENDED 31 DECEMBER 2010		
	NOTES	2011	2010
Services rendered	23	48,804,176.46	48,729,783.47
Subsidies	24	2,862,266.99	2,927,667.56
Gains/losses allocated to subsidiaries, joint ventures and associated	8	35,401.09	48,134.06
Capitalization of own costs	25	366,035.51	2,969,252.85
Cost of goods sold	10	(15,399,320.63)	(13,512,591.28)
External services	26	(7,692,516.57)	(10,006,377.48)
Staff costs	27	(24,002,538.53)	(24,337,246.04)
Impairment of receivables (losses/reversals)	11, 14	(2,805,434.59)	(467,188.25)
Provisions (increases/decreases)	18	(193,503.87)	(164,492.74)
Increases/decreases in fair value		-	(907.81)
Other operating revenues and gains	28	1,393,114.11	1,545,717.67
Other operating costs and losses	29	(668,486.40)	(833,471.49)
Profit before depreciations, financial costs and taxes		2,699,193.57	6,898,280.52
Costs/reversals of depreciations and amortizations	5, 6	(5,957,911.50)	(5,782,394.66)
Operating profit (before financial costs and taxes)		(3,258,717.93)	1,115,885.86
Interests and similar expenses	30	(710,041.69)	(203,557.35)
Profit before tax		(3,968,759.62)	912,328.51
Income tax for the period	31	1,017,437.71	106,514.23
Net profit for the period		(2,951,321.91)	1,018,842.94
Earnings per share		-2.58	0.89

The accompanying notes are an integral part of the profit and loss statement for the period ended 31 December 2011

BOARD OF DIRECTORS

David Timothy Chisnall Evans (Chairman)

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Guimarães

Luís de Almada Guedes Machado

Maria da Rosário Fernández Lourenço dos Santos

Luís Manuel Delicado Cabaço Martins

Robert Stephen Boyd

THE CHIEF ACCOUNTANT

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Em 1 de janeiro de 2010		5,719,810.00	1,410,437.11		2,703,008.01	1,343,883.86	3,977,418.65	15,154,557.63
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-	76,740.82	-	76,740.82
		-	-	-	-	76,740.82	-	76,740.82
Resultado líquido do período							1,018,842.74	1,018,842.74
Resultado integral							1,018,842.74	1,018,842.74
Operações com detentores de capital no período								
Distribuição de dividendos sobre o resultado do período findo em 31 de dezembro de 2009							(2,750,000.00)	(2,750,000.00)
Aplicação parcial do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2009		-	-	-	1,227,418.65	-	(1,227,418.65)	-
		-	-	-	1,227,418.65	-	(3,977,418.65)	(2,750,000.00)
Em 31 de dezembro de 2010	16 e 17	5,719,810.00	1,410,437.11	-	3,930,426.66	1,420,624.68	1,018,842.74	13,500,141.19
Em 1 de janeiro de 2011		5,719,810.00	1,410,437.11	-	3,930,426.66	1,420,624.68	1,018,842.74	13,500,141.19
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-	976,833.05	-	976,833.05
		-	-	-	-	976,833.05	-	976,833.05
Resultado líquido do período							(2,951,321.91)	(2,951,321.91)
Resultado integral							(2,951,321.91)	(2,951,321.91)
Operações com detentores de capital no período								
Distribuição de dividendos sobre o resultado do período findo em 31 de dezembro de 2010							(1,000,000.00)	(1,000,000.00)
Aplicação parcial do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2010		-	-	-	18,842.74	-	(18,842.74)	-
		-	-	-	18,842.74	-	(1,018,842.74)	(1,000,000.00)
Em 31 de dezembro de 2011	16 e 17	5,719,810.00	1,410,437.11	-	3,949,269.40	2,397,457.73	(2,951,321.91)	10,525,652.33

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2011.

A ADMINISTRAÇÃO

David Timothy Chisnall Evans (Presidente)

Antônio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Guimas

Luís de Almada Guedes Machado

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

Luís Manuel Delicado Cabaço Martins

Robert Stephen Boyd

O TÉCNICO DE CONTAS

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3. EQUITY STATEMENT

	NOTES	SHARE CAPITAL	LEGAL RESERVES	OTHER RESERVES	RETAINED EARNINGS	OTHER VARIATION IN EQUITY	NET RESULT FOR THE PERIOD	TOTAL EQUITY
Balance at 1 January 2010		5,719,810.00	1,410,437.11	-	2,703,008.01	1,343,883.86	3,977,418.65	15,154,557.63
Movements in the year								
Other adjustments recognized in equity	17	-	-	-	-	76,740.82	-	76,740.82
		-	-	-	-	76,740.82	-	76,740.82
Profit/(loss) for the period							1,018,842.74	1,018,842.74
Comprehensive income							1,018,842.74	1,018,842.74
Transactions with shareholders								
Distribution of dividends from net profit for the period ended 31 December 2009							(2,750,000.00)	(2,750,000.00)
Application of the net profit for the period ended 31 December 2009		-	-	-	1,227,418.65	-	(1,227,418.65)	-
		-	-	-	1,227,418.65	-	(3,977,418.65)	(2,750,000.00)
Balance as at 31 December 2010	16 e 17	5,719,810.00	1,410,437.11	-	3,930,426.66	1,420,624.68	1,018,842.74	13,500,141.19
Balance at 1 January 2011		5,719,810.00	1,410,437.11	-	3,930,426.66	1,420,624.68	1,018,842.74	13,500,141.19
Movements in the year								
Other adjustments recognized in equity	17	-	-	-	-	976,833.05	-	976,833.05
		-	-	-	-	976,833.05	-	976,833.05
Profit/(loss) for the period							(2,951,321.91)	(2,951,321.91)
Comprehensive income							(2,951,321.91)	(2,951,321.91)
Transactions with shareholders								
Distribution of dividends from income for the period ended 31 December 2010							(1,000,000.00)	(1,000,000.00)
Application of the net profit for the period ended 31 December 2010		-	-	-	18,842.74	-	(18,842.74)	-
		-	-	-	18,842.74	-	(1,018,842.74)	(1,000,000.00)
Balance as at 31 December 2011	16 e 17	5,719,810.00	1,410,437.11	-	3,949,269.40	2,397,457.73	(2,951,321.91)	10,525,652.33

The accompanying notes are an integral part of the statement of changes in equity for the period ended December 2011

BOARD OF DIRECTORS

David Timothy Chisnall Evans (Chairman)

Antônio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Guimarães

Luís de Almada Guedes Machado

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

Luís Manuel Delicado Cabaço Martins

Robert Stephen Boyd

THE CHIEF ACCOUNTANT

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO		
	NOTAS	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		52,418,197.42	50,456,489.91
Pagamentos a fornecedores		(30,041,578.48)	(30,114,210.34)
Pagamentos ao pessoal		(23,716,954.77)	(23,988,508.00)
Caixa gerada pelas operações		(1,340,335.83)	(3,646,228.43)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		84,217.00	(321,671.00)
Outros recebimentos/pagamentos		8,556,107.68	3,148,391.33
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1)		7,299,988.85	(819,508.10)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(5,293,024.00)	(14,894,146.00)
		(5,293,024.00)	(14,894,146.00)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	1,694,064.00
Subsídios ao investimento		50,000.00	267,384.28
		50,000.00	1,961,448.28
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2)		(5,243,024.00)	(12,932,697.72)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		4,900,000.00	16,289,000.00
		4,900,000.00	16,289,000.00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(6,572,644.80)	(3,274,259.00)
Juros e custos similares		(426,740.50)	(138,035.00)
		(6,999,385.30)	(3,412,294.00)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3)		(2,099,385.30)	12,876,706.00
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		(42,420.45)	(875,499.82)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		(95,285.36)	780,214.46
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	(137,705.81)	(95,285.36)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2011.

A ADMINISTRAÇÃO

David Timothy Chisnall Evans (Presidente)

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Guimás

Luís de Almada Guedes Machado

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

Luís Manuel Delicado Cabaço Martins

Robert Stephen Boyd

O TÉCNICO DE CONTAS

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

4. CASH FLOW STATEMENT

	PERIOD ENDED 31 DECEMBER		
	NOTES	2011	2010
Cash Flow from operating activities			
Received from customers		52,418,197.42	50,456,489.91
Payed to suppliers		(30,041,578.48)	(30,114,210.34)
Payed to staff		(23,716,954.77)	(23,988,508.00)
Cash generated from operations		(1,340,335.83)	(3,646,228.43)
Income tax payed/received		84,217.00	(321,671.00)
Other receivements/payments		8,556,107.68	3,148,391.33
Net cash flows from operating activities		7,299,988.85	(819,508.10)
Cash flow from investement activities			
Payments related to:			
Tangible fixed assets		(5,293,024.00)	(14,894,146.00)
		(5,293,024.00)	(14,894,146.00)
Received from:			
Tangible fixed assets		-	1,694,064.00
Investment related subsidies		50,000.00	267,384.28
		50,000.00	1,961,448.28
Net cash flow from investment activities		(5,243,024.00)	(12,932,697.72)
Cash flow from financing activities			
Received from:			
Borrowings		4,900,000.00	16,289,000.00
		4,900,000.00	16,289,000.00
Payments related to:			
Borrowings		(6,572,644.80)	(3,274,259.00)
Interests and similar expenses		(426,740.50)	(138,035.00)
		(6,999,385.30)	(3,412,294.00)
Net cash flow from financing activities		(2,099,385.30)	12,876,706.00
Cash variation and its equivalents		(42,420.45)	(875,499.82)
Foreign exchange effects equivalents		-	-
Cash and its equivalents in the beginning of the period		(95,285.36)	780,214.46
Cash and its equivalents and the end of the period	4	(137,705.81)	(95,285.36)

The accompanying notes are an integral part of the statement of cash flows for the period ended 31 December 2011

BOARD OF DIRECTORS

David Timothy Chisnall Evans (Chairman)

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Guimás

Luís de Almada Guedes Machado

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

Luís Manuel Delicado Cabaço Martins

Robert Stephen Boyd

THE CHIEF ACCOUNTANT

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ÍNDICE	PÁG.
1 Introdução	26
2 Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras	26
3 Principais políticas contábilísticas	26
4 Fluxos de caixa	31
5 Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros	31
6 Ativos fixos tangíveis	32
7 Ativos intangíveis	33
8 Investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas	34
9 Ativos e passivos por impostos diferidos	35
10 Inventários	37
11 Clientes	37
12 Estado e outros entes públicos	38
13 Acionistas	39
14 Outras contas a receber	40
15 Diferimentos	41
16 Capital e reservas legais	42
17 Outras variações no capital próprio	42
18 Provisões	43
19 Financiamentos obtidos	43
20 Fornecedores	44
21 Outras contas a pagar	45
22 Responsabilidades por benefícios pós-emprego	46
23 Vendas e prestação de serviços	46
24 Subsídios à exploração	47
25 Trabalhos para a própria empresa	47
26 Fornecimentos e serviços externos	47
27 Gastos com pessoal	48
28 Outros rendimentos operacionais	48
29 Outros gastos operacionais	48
30 Juros e gastos similares	48
31 Imposto sobre o rendimento	49
32 Compromissos	49
33 Passivos contingentes	50
34 Matérias ambientais	50
35 Partes relacionadas	50
36 Eventos subsequentes relevantes após o termo do período	51

1. INTRODUÇÃO

A T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, S.A., (referida neste documento como “TST”, ou “Empresa”) com sede na Rua Marcos Portugal, Laranjeiro, 2810-260 Almada, foi constituída por escritura pública, em janeiro de 1995, então com a denominação de SOGESTRA – Gestão e Inovação de Transportes, S.A.. A Empresa tem por objeto principal o transporte de passageiros em autocarros.

No exercício de 2001 verificou-se a fusão, por incorporação, das Empresas Gestitrans – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., Covas & Filhos, Lda. e Transo – Gestão Operacional de Transportes, Lda. na TST.

A TST é detida integralmente pela Arriva Transportes da Margem Sul, SA e faz parte de um dos maiores grupos internacionais de transportes de passageiros, a Deutsche Bahn AG.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de maio de 2012. O Conselho de Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da TST, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de Preparação

A TST preparou as suas demonstrações financeiras no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Dec-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro explanadas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aplicáveis ao período findo em 31 de dezembro de 2011.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da

determinação das políticas contabilísticas, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras, são apresentadas na Nota 3.20.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

No decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras não existiram quaisquer situações que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os do exercício anterior.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa com base no SNC e NCRF.

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

As demonstrações financeiras da TST e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional).

As transações em moedas diferentes do euro são

convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações.

As cotações utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira são as indicadas pelo Banco de Portugal à data de 31 de dezembro de 2011.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada, para os ativos fixos tangíveis mais significativos:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 25 anos
Equipamento básico	Entre 3 e 5 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 e 8 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico dos ativos, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3. Ativos intangíveis

A Empresa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que refere que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A TST determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo.

Os ativos intangíveis incluem essencialmente:

- (a) Goodwill, resultante da diferença apurada no processo de fusão realizado no exercício de 2001 (ver Nota 1), entre o valor de aquisição e os justos valores dos ativos e passivos das empresas objeto de fusão;
- (b) Obtenção do direito de utilização da marca “Arriva” por um período de 15 anos, com início em 1 de janeiro de 2006;
- (c) Programas de computador.

Os programas de computador são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, pelo período de 3 anos.

3.4. Imparidade de ativos

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. A Empresa realiza os testes de imparidade no final de cada ano e sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e, se sim, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos

de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, que não o Goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5. Investimentos em entidades associadas

Os investimentos em entidades associadas (participações iguais ou superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial. Subsequentemente, as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício.

As restantes participações financeiras encontram-se registadas ao custo.

3.6. Inventários

Os inventários referem-se a bens e materiais de consumo e são registados pelo valor de aquisição.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

3.7. Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis, conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na

demonstração dos resultados, na rubrica de “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

3.8. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.9. Capital

O capital corresponde ao capital realizado nos termos estatutários e que simultaneamente satisfaça a definição de instrumento de capital, no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

3.10. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.), entre outros.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expirada.

3.11. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecido na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que sejam gerados lucros tributários futuros que permitam a utilização das diferenças temporárias geradas ou prejuízos fiscais dedutíveis.

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2005, a Empresa encontra-se sujeita ao regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RGTGS"), de acordo com a legislação em vigor, integrando o grupo de empresas cuja sociedade dominante é a Arriva Investimentos SGPS, S.A. Contudo, a Empresa apura e regista o imposto sobre o rendimento tal como se fosse tributada numa ótica individual, por contrapartida de uma conta a receber (crédito de imposto) da/pagar à Arriva Investimentos SGPS, S.A..

3.13. Benefícios pós-emprego

A Empresa procede ao pagamento a colaboradores que

se encontravam em situação de reforma, à data em que a Empresa foi privatizada, de prestações pecuniárias a título de complementos das pensões de reforma pagas pela Segurança Social.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, a Empresa obtém um estudo atuarial a 31 de dezembro de cada ano e ajusta a provisão de modo a cobrir integralmente as suas responsabilidades, sendo o gasto reconhecido na demonstração de resultados do período, na rubrica de "Gastos com o pessoal".

3.14. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação: i) presente, legal ou construtiva resultante de eventuais passados; ii) para o qual é mais provável, do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos para pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

3.15. Subsídios e apoios do Governo

A Empresa reconhece os subsídios e outras compensações recebidas do Estado Português pela prestação de serviço público de transporte de passageiros, ao seu justo valor, quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes), como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais estão relacionados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.16. Locações

As locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a Empresa detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, são classificados como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

3.17. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

3.18. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à prestação de serviços no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos atribuídos.

Os rendimentos relativos à venda de bilhetes (não a bordo dos autocarros) são reconhecidos no mês em que é concretizada a venda, por se entender ser esse o momento em que os benefícios económicos futuros associados à transação fluem para a Empresa.

As receitas recebidas antecipadamente pela venda de passes são reconhecidas no mês seguinte, quando os

serviços associados são prestados.

Os rendimentos relativos a alugueres são reconhecidos no período em que o serviço é prestado.

3.19. Matérias ambientais

A TST efetua a monitorização adequada das questões ambientais que resultem do desenvolvimento da sua atividade. Devido à atividade da Empresa, os riscos ambientais estão relacionados maioritariamente com a emissão de gases. No entanto, não é exetável que dos mesmos decorram passivos ambientais significativos, uma vez que a atividade da Empresa está centrada na prestação de serviços a terceiros.

Os encargos de carácter ambiental incorridos pela Empresa são, dependendo das suas características, capitalizados ou reconhecidos como gastos nos resultados operacionais do período.

3.20. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando, à data de cada relato financeiro, a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expetativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se consideram ser razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.20.1. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por outras empresas do sector.

3.20.2. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à sua identificação e avaliação.

3.20.3. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto do reconhecimento ou divulgação, tais como sinistros ocorridos. A determinação do grau de probabilidade de a Empresa vir a assumir quaisquer responsabilidades, bem como o montante de recursos necessários para o pagamento dessas obrigações, exige a realização de análise e avaliação cuidadosas.

4. FLUXOS DE CAIXA

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa”, no balanço e para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, é como segue:

	2011	2010
Numerário		
Caixa	88,794.72	170,606.87
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	268,754.91	336,870.89
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	357,549.63	507,477.76
Linhas de crédito de curto prazo		
Descobertos bancários (ver Nota 19)	(495,255.44)	(602,763.12)
Equivalentes de caixa (passivo)	(495,255.44)	(602,763.12)
	(137,705.81)	(95,285.36)

A Empresa não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os exercícios apresentados.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1 Alterações nas políticas contabilísticas

Não foram introduzidas alterações às políticas constantes das NCRF em vigor em 31 de dezembro de 2011, sendo que os principais saldos e transações evidenciados nas demonstrações financeiras àquela data são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2010.

5.2. Alterações nas estimativas contabilísticas

No período findo em 31 de dezembro de 2011 não se considerou necessário alterar de forma significativa as estimativas ou áreas que envolvem maior julgamento, com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

5.3. Erros de períodos anteriores

Não se verificaram quaisquer erros ou omissões com impacto nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2011, relacionadas com o período anterior.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
CUSTO DE AQUISIÇÃO								
Em 1 de janeiro de 2010	3,011,213.09	6,124,374.95	41,893,421.24	379,042.61	439,665.22	1,648,329.69	3,726,898.25	57,222,945.05
Aquisições		140,066.34	13,597,553.43	14,647.72	65,248.60	120,777.24	3,827,605.22	17,765,898.55
Alienações	(33,314.11)	(59,132.49)	(604,906.64)	(7,680.00)				(705,033.24)
Transferências e abates			(7,203,142.88)	(0.50)		1,045,586.83	(1,033,308.08)	(719,064.63)
Em 31 de dezembro de 2010	2,977,898.98	6,205,308.80	47,682,925.15	386,009.83	504,913.82	2,814,693.76	6,521,195.39	67,092,945.73
Aquisições		35,467.00	699,052.19	73,048.68	106,440.97	45,972.86	4,759,034.44	5,719,016.14
Alienações			(124,845.67)					(124,845.67)
Transferências e abates		191,784.22	1,324,310.72			953,373.47	(3,889,156.10)	(1,419,687.69)
Em 31 de dezembro de 2011	2,977,898.98	6,432,560.02	49,581,442.39	459,058.51	611,354.79	3,814,040.09	7,391,073.73	71,267,428.51
DEPRECIACÕES ACUMULADAS								
Em 1 de janeiro de 2010		2,685,189.65	38,086,839.51	319,233.42	266,694.86	1,132,422.76		42,490,380.20
Depreciações do exercício		298,070.76	4,915,256.32	38,352.57	77,569.57	283,356.26		5,612,605.48
Alienações		(18,094.14)	(604,906.64)	(7,680.00)				(630,680.78)
Transferências e abates			(7,203,550.60)		458.79	12,229.14		(719,862.67)
Em 31 de dezembro de 2010	-	2,965,166.27	35,193,638.59	349,906.00	344,723.22	1,428,008.16	-	40,281,441.85
Depreciações do exercício		311,574.61	4,916,904.68	35,817.39	88,090.47	392,868.07		5,745,255.22
Alienações			(124,845.67)					(124,845.67)
Transferências e abates			(1,265,824.11)			(2,013.58)		(1,267,837.69)
Em 31 de dezembro de 2011	-	3,276,740.88	38,719,873.49	385,723.39	432,813.69	1,818,862.65	-	44,634,013.71
Valor líquido em 31 de dezembro de 2010	2,977,898.98	3,240,142.53	12,489,286.56	36,103.83	160,190.60	1,386,685.60	6,521,195.39	26,811,503.88
Valor líquido em 31 de dezembro de 2011	2,977,898.98	3,155,819.14	10,861,568.90	73,335.12	178,541.10	1,995,177.44	7,391,073.73	26,633,414.80

Os valores da rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso” referem-se aos seguintes projetos:

	2011	2010
Projecto bilhética sem contacto	4,794,283.28	2,171,275.11
Equipamento básico - viaturas em preparação	1,893,846.25	2,794,594.28
Edifícios e outras construções	336,851.13	315,583.59
Projeto informação ao cliente em tempo real	158,903.34	1,214,372.18
Equipamento Administrativo	129,284.00	-
Projeto Gisfrota	2,344.05	-
Outros ativos fixos tangíveis	75,561.68	25,370.23
	7,391,073.73	6,521,195.39

As transferências de Ativos fixos tangíveis em curso para as rubricas de Ativos fixos tangíveis (contas firmes), ocorridas em 2011, referem-se essencialmente ao projeto de informação ao cliente em tempo real e preparação de viaturas usadas (autocarros).

O valor líquido dos ativos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeira, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são como segue:

LOCAÇÕES FINANCEIRAS		
	2011	2010
Valor bruto	3.768.578,35	7.505.162,00
Depreciações acumuladas	(2.988.099,97)	(4.882.414,00)
	780.478,38	2.622.748,00

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos resultados, pela sua totalidade.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos intangíveis bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	GOODWILL	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL
Custo de aquisição					
Em 1 de janeiro de 2010	23,983,526.93	15,000.00	76,608.52	2,300,000.00	26,375,135.45
Transferências e abates			(25,226.49)		(25,226.49)
Em 31 de dezembro de 2010	23,983,526.93	15,000.00	51,382.03	2,300,000.00	26,349,908.96
Transferências e abates				151,850.00	151,850.00
Em 31 de dezembro de 2011	23,983,526.93	15,000.00	51,382.03	2,451,850.00	26,501,758.96
Amortizações acumuladas					
Em 1 de janeiro de 2010	10,693,360.83	15,000.00	51,595.04	613,639.68	11,373,595.55
Amortizações do exercício			16,378.68	153,409.92	169,788.60
Transferências e abates			(25,226.49)		(25,226.49)
Em 31 de dezembro de 2010	10,693,360.83	15,000.00	42,747.23	767,049.60	11,518,157.66
Amortizações do exercício			8,634.80	204,021.48	212,656.28
Em 31 de dezembro de 2011	10,693,360.83	15,000.00	51,382.03	971,071.08	11,730,813.94
Valor líquido em 31 de dezembro de 2010	13,290,166.10	-	8,634.80	1,532,950.40	14,831,751.30
Valor líquido em 31 de dezembro de 2011	13,290,166.10	-	-	1,480,778.92	14,770,945.02

Teste de imparidade ao Goodwill

O teste de imparidade ao Goodwill foi efetuado por referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010. Para efeitos do teste, o valor recuperável do ativo (unidade geradora de caixa) foi determinado com base no valor de uso, através do apuramento dos fluxos de caixa descontados para a data presente – abordagem do rendimento, pelo método do Free Cash Flow to Firm – os cálculos baseiam-se no desempenho histórico e nas expetativas de desenvolvimento do negócio, com base no plano de negócios da Gestão para o período de 2010 a 2014, tendo para o efeito sido utilizados os seguintes elementos e pressupostos:

- Para os fluxos de caixa estimados para o período de 2010 a 2014, a Empresa utilizou o plano de negócios a 5 anos, aprovado pelo acionista;
- Para os fluxos de caixa esperados para o ano de 2015 e seguintes, a Empresa utilizou uma taxa de inflação de 2%;
- A taxa de desconto utilizada foi de 11% (2010: 11%);

O resultado obtido permitiu demonstrar que o Goodwill em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não estava em imparidade.

8. INVESTIMENTOS EM ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS E ASSOCIADAS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nas rubricas de Participações Financeiras foi o seguinte:

	MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	CUSTO DE AQUISIÇÃO	TOTAL
Participações financeiras			
Em 1 de janeiro de 2010	41,719.07	83,594.03	125,313.10
Transferências e abates		(907.81)	(907.81)
Método de equivalência patrimonial	(7,603.91)		(7,603.91)
Em 31 de dezembro de 2010	34,115.16	82,686.22	116,801.38
Em 1 de janeiro de 2011	34,115.16	82,686.22	116,801.38
Aquisições		37,142.90	37,142.90
Método de equivalência patrimonial	(15,009.66)		(15,009.66)
Em 31 de dezembro de 2011	19,105.50	119,829.12	138,934.62
Perdas por imparidade			
Em 1 de janeiro de 2010	-	-	-
Transferências e abates			
Em 31 de dezembro de 2010	-	-	-
Transferências e abates			
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	-
Valor líquido em 31 de dezembro de 2010	34,115.16	82,686.22	116,801.38
Valor líquido em 31 de dezembro de 2011	19,105.50	119,829.12	138,934.62

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos financeiros:

2011					
	SEDE	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO	% DETIDA	QUANTIA ESCRITURADA
Subsidiárias (ao custo de aquisição)					
Otlis, ACE	Lisboa	1,746,674.85	495,176.04	14.28	47,118.86
Salvador Caetano, SA	Porto			0.70	61,825.00
Ameseixal	Seixal	173,868.35	1,391.75		906.90
Ageneal	Almada	229,494.29	(35,228.78)		8,978.36
S.Energia Barreiro e Moita	Moita				1,000.00
					119,829.12
Associadas (pelo método de equivalência patrimonial)					
Rodinform, SA	Lisboa	98,810.40	(63,023.43)	20.00	19,105.50
					138,934.62
2010					
	SEDE	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO	% DETIDA	QUANTIA ESCRITURADA
Subsidiárias (ao custo de aquisição)					
Otlis, ACE	Lisboa	1,901,137.44	352,875.25	14.28	9,975.96
Salvador Caetano, SA	Porto			0.70	61,825.00
Ameseixal	Seixal	172,476.60	(14,585.74)		906.90
Ageneal	Almada	264,723.07	21,315.42		8,978.36
S.Energia Barreiro e Moita	Moita				1,000.00
					82,686.22
Associadas (pelo método de equivalência patrimonial)					
Rodinform, SA	Lisboa	161,833.83	(46,761.54)	20.00	34,115.16
					116,801.38

Em 31 de dezembro de 2011 a Empresa reconheceu como ganhos na demonstração dos resultados, na rubrica “ganhos/ perdas imputados de subsidiárias”, associadas e empreendimentos conjuntos, a quota-parte do resultado apurado pela Otlis, ACE, no montante de € 50.411 (2010: € 55.738) (ver Nota 28).

9. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS (MOVIMENTO DO ANO)				
	2011		2010	
	BASE	IMPOSTO DIFERIDO	BASE	IMPOSTO DIFERIDO
Perdas por imparidade e provisões	1,597,576.19	423,357.69	1,963,411.96	520,304.16
Indemnizações compensatórias	2,671,320.20	707,899.85	-	-
Prejuízos fiscais do exercício de 2010	459,614.46	114,903.62	-	-
Prejuízos fiscais do exercício de 2011	1,434,219.17	358,554.79	-	-
	6,162,730.02	1,604,715.95	1,963,411.96	520,304.16

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS (MOVIMENTO DO ANO)				
	2011		2010	
	BASE	IMPOSTO DIFERIDO	BASE	IMPOSTO DIFERIDO
Subsídios ao investimento	3,261,847.25	864,389.52	1,932,822.70	512,198.02
Ajustamento de amortizações	-	-	88,068.05	23,338.05
	3,261,847.25	864,389.52	2,020,890.75	535,536.07

O impacto dos movimentos, em balanço, nas rubricas de impostos diferidos, ocorridos para os exercícios apresentados, foi como se segue:

IMPACTO DOS MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DE IMPOSTOS DIFERIDOS				
	2011		2010	
	ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS
Em 1 de janeiro	520.304,16	(535.336,07)	391.207,85	(520.337,40)
Movimentos do exercício				
Impacto na demonstração de resultados				
Perdas de imparidade e provisões	610.953,98	-	129.096,31	-
Prejuízos fiscais	-	-	-	-
Ajustamento de amortizações	473.458,41	23.338,05	-	12.469,80
	1.084.411,79	23.338,05	129.096,31	12.469,80
Impacto em outras rubricas de capital próprio				
Subsídios ao investimento (ver Nota 17)	-	(352.191,51)	-	(27.668,47)
	-	(352.191,51)	-	(27.668,47)
Em 31 de dezembro	1,604,715.95	(864,389.53)	520,304.16	(535,536.07)

10. INVENTÁRIOS

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	2011	2010
Bens e matérias de consumo	404,418.84	417,009.99
Imparidade de inventários	(10,000.00)	(10,000.00)
	394,418.84	407,009.99

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi apurado como segue:

BENS E MATERIAIS DE CONSUMO		
	2011	2010
Saldo inicial	417,009.99	341,444.55
Compras	15,394,122.91	13,595,724.54
Regularizações	(7,393.43)	(7,567.82)
Saldo final	(404,418.84)	(417,009.99)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	15,399,320.63	13,512,591.28

11. CLIENTES

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a decomposição da rubrica de Clientes é como se segue:

	2011		
	SALDO BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE	SALDO LÍQUIDO
Dívidas correntes			
Clientes gerais	4,241,810.73	-	4,241,810.73
Clientes em imparidade	134,189.02	(134,189.02)	-
	4,375,999.75	(134,189.02)	4,241,810.73
	2010		
	SALDO BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE	SALDO LÍQUIDO
Dívidas correntes			
Clientes gerais	3,449,108.96	-	3,449,108.96
Clientes em imparidade	154,766.11	(154,766.11)	-
	3,603,875.07	(154,766.11)	3,449,108.96

Clientes gerais: nesta rubrica encontram-se registrados os saldos a receber de clientes, decorrentes dos serviços de transporte prestados no âmbito da atividade da Empresa.

A evolução registada nos períodos apresentados das perdas por imparidade acumuladas de clientes é como segue:

	2011	2010
Em 1 de janeiro	154,766.11	144,479.83
Movimentos do período		
Efeito na demonstração dos resultados		
Reforços	89,118.39	30,855.00
Reversões	(6,234.00)	(3,435.00)
	82,884.39	27,420.00
Efeito em balanço		
Utilizações	(103,461.48)	(17,133.72)
	(20,577.09)	10,286.28
Em 31 de dezembro	134,189.02	154,766.11

Para os períodos apresentados não existem diferenças significativas entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos de impostos a liquidar e a receber decompõem-se como segue:

	2011	2010
Ativos correntes		
Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA")		
A recuperar	508,109.22	709,982.80
Reembolsos pedidos	908,310.34	356,570.63
	1,416,419.56	1,066,553.43
Passivos correntes		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas		
Singulares ("IRS")	212,574.92	225,641.29
Contribuições para a Segurança Social	749,983.57	751,385.55
Outros impostos	14,601.11	14,384.47
	977,159.60	991,411.31

13. ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o valor em dívida a acionistas e empresas do Grupo decompõe-se como segue:

	2011	2010
Passivo não corrente	-	-
Valor a pagar pela utilização da marca		
"Arriva" (ver Nota 3.3, 21 e 35)	2,300,000.00	2,300,000.00
	2,300,000.00	2,300,000.00
Passivo corrente		
Atribuição de dividendos	6,250,000.00	5,250,000.00
Outros	315,021.51	139,327.80
	6,565,021.51	5,389,327.80
	8,865,021.51	7,689,327.80

O valor a pagar na rubrica "Outros", no passivo corrente, inclui um montante de €90.312 de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") (Tribuações autónomas) do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a entregar à Arriva Investimentos, SA, por via da aplicação do RGTES (ver Nota 3.12) (em 31 de dezembro de 2010 a Empresa apresentava um crédito de imposto sobre a Arriva Investimentos no montante de €219.533).

14. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber é como segue:

2011				
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	IMPARIDADES	TOTAL
Adiantamentos a pessoal				
Pessoal	153,002.13	-	-	153,002.13
Outros devedores				
Indemnizações Compensatórias-Passes multimodais (1)	2,671,320.20	-	(2,671,320.20)	0.00
Compensações Passe 4_18 e Sub_23 (2)	469,612.47	-	-	469,612.47
Empresas intervenientes no sistema de passes multimodais (3)	1,286,159.97	-	(434,090.53)	852,069.44
Subsídio PAII - Compensação passes terceira idade (4)	190,946.79	-	-	190,946.79
Seguradoras (5)	115,890.00	-	-	115,890.00
Outros (6)	931,030.84	-	(344,463.72)	586,567.12
	5,664,960.27	-	(3,449,874.45)	2,215,085.82
	5,817,962.40	-	(3,449,874.45)	2,368,087.95
2010				
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	IMPARIDADES	TOTAL
Adiantamentos a pessoal				
Pessoal	128,320.59	-	-	128,320.59
Outros devedores				
Indemnizações Compensatórias-Passes multimodais (1)	5,486,349.00	-	-	5,486,349.00
Compensações Passe 4_18 e Sub_23 (2)	1,349,132.68	-	-	1,349,132.68
Empresas intervenientes no sistema de passes multimodais (3)	737,479.74	-	(439,768.25)	297,711.49
Subsídio PAII - Compensação passes terceira idade (4)	183,496.56	-	-	183,496.56
Seguradoras (5)	126,015.48	-	-	126,015.48
Outros (6)	1,202,116.15	-	(287,553.00)	914,563.15
	9,084,589.61	-	(727,321.25)	8,357,268.36
	9,212,910.20	-	(727,321.25)	8,485,588.95

(1) O saldo da rubrica de Indemnizações compensatórias diz respeito à compensação financeira a receber do Estado, pela obrigação tarifária imposta pelos preços sociais dos títulos de transporte, referente ao exercício findo em 31 de dezembro. Dado o facto do Governo pretender introduzir alterações à atual metodologia, não se encontrava definido à data do Balanço o montante a receber do Estado pela compensação referida prestada no ano de 2011. Para efeitos de comparabilidade e transparência das demonstrações financeiras, não estando em causa a continuação do apoio financeiro a receber do Estado pela prestação do serviço público de transporte, foi decidido registar em 2011 o valor estimado do subsídio a receber do Estado, com base no modelo atual e, simultaneamente, uma imparidade daquele montante, dado a incerteza quanto ao momento da atribuição e valor da indemnização compensatória.

(2) O valor de € 469.612,47 é respeitante à participação a receber do Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT), pelo desconto de 50% efetuado nos passes 4_18 e Sub_23 para estudantes.

(3) Os valores registados na rubrica de Empresas intervenientes no sistema de passes da região de Lisboa, referem-se a valores relativos aos encontros de contas a efetuar entre os diversos operadores relativamente às receitas dos passes multimodais e combinados.

(4) Na rubrica Subsídio PAII estão registados os valores a receber do Estado, no âmbito do Programa de Apoio Integrado a Idosos.

(5) O montante de € 115.890 registado na rubrica de Seguradoras, reflete os custos estimados com a reparação de viaturas sinistradas cujos custos são suportados por Seguradoras.

(6) O saldo da rubrica de Outros devedores inclui (i) a prestação de serviços de publicidade nos nossos autocarros no valor de € 311.500 os quais se encontram, de acordo com a NCRF 12, em imparidade e (ii) € 78.971 a receber da Volvo Truck Espana.

A evolução registada nos exercícios das perdas por imparidade acumuladas de Outras contas a receber é como segue:

	2011	2010
Em 1 de janeiro	727.321,25	287.553,00
Movimentos do período		
Reforços	2.722.550,20 (1)	439.768,25
Em 31 de dezembro	3.449.871,45	727.321,25

(1) O aumento da imparidade registada no exercício ficou a dever-se fundamentalmente à situação acima referida nesta Nota.

Para os períodos apresentados não existem diferenças significativas entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

15. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Empresa tem registado nas rubricas de “Diferimentos”, no ativo e no passivo, os seguintes saldos:

	2011	2010
Gastos a reconhecer		
Rendas pagas	71.496.64	67.785.46
Seguros pagos	3.920.80	10.869.53
Encargos financeiros	280.76	3.461.56
Outros gastos a reconhecer	41.204.42	60.511.95
	116.902.62	142.628.50
Rendimentos a reconhecer		
Titulos TST	205.550.95	61.440.28
Outros rendimentos a reconhecer	1.254.72	24.999.99
	206.805.67	86.440.27

A natureza dos gastos a reconhecer refere-se a serviços pagos antecipadamente, os quais respeitam a mais do que um período económico.

Os rendimentos a reconhecer dizem respeito essencialmente a passes sociais vendidos, cuja utilização será efetuada no período seguinte.

16 CAPITAL E RESERVAS LEGAIS

Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.143.962 ações com o valor nominal de 5 euros, cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2011 é como segue:

ENTIDADE	%	VALOR
Arriva Transportes da Margem Sul, SA	100%	5.719.810,00

Reservas legais

Nos termos da lei, a Empresa deve constituir reservas legais num montante mínimo de 20% do capital. Nos períodos apresentados as reservas legais já representam mais de um quinto do capital realizado, pelo que a Empresa não está obrigada a efetuar qualquer reforço das mesmas. Estas reservas só poderão ser utilizadas para aumentar capital ou compensar prejuízos.

17. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A rubrica “Outras variações no capital próprio” refere-se aos movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respeitantes aos subsídios recebidos do Governo e relacionados com ativos fixos tangíveis:

SUBSÍDIOS DO GOVERNO

SUBSÍDIO	2011				SUBSÍDIO POR RECONHECER
	MONTANTE TOTAL	MONTANTE RECEBIDO	MONTANTE POR RECEBER	RÉDITO DO PERÍODO (VER NOTA 26)	
Subsídios relacionados com ativos:					
- Para aquisição de frota	460,000.00	460,000.00	-	74,333.00	170,202.44
- Para aquisição de equipamento de bilhética	2,332,174.32	2,332,174.32	-	135,752.95	2,332,174.32
- Para aquisição de equipamento de informação ao cliente em tempo real	1,065,570.00	959,481.50	106,088.50	-	759,470.49
- Outros	246,582.47	246,582.47	-	-	-
	4,104,326.79	3,998,238.29	106,088.50	210,085.95	3,261,847.25
Efeito do imposto diferido (ver Nota 8)					(864,389.52)
					2,397,457.73

SUBSÍDIO	2010				SUBSÍDIO POR RECONHECER
	MONTANTE TOTAL	MONTANTE RECEBIDO	MONTANTE POR RECEBER	RÉDITO DO PERÍODO	
Subsídios relacionados com ativos:					
- Para aquisição de frota	812,500.00	812,500.00	-	98,292.00	194,535.44
- Para aquisição de equipamento de bilhética	2,312,025.74	843,063.82	1,468,961.92	64,682.99	843,063.82
- Para aquisição de equipamento de informação ao cliente em tempo real	1,065,570.00	959,481.50	106,088.50		895,223.44
- Outros	246,582.47	246,582.47	-	-	-
	4,436,678.21	2,861,627.79	1,575,050.42	162,974.99	1,932,822.70
Efeito do imposto diferido (ver Nota 8)					(512,198.02)
					1,420,624.68
Variação do ano					976,833.05

18. PROVISÕES

A evolução das provisões, para os períodos apresentados é como segue:

	PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO	OUTRAS PROVISÕES	TOTAL
Em 1 de janeiro de 2010	4,810.91	504,136.83	508,947.74
Movimentos do período			
Impacto na demonstração de resultados			
Aumento	15,000.00	315,500.00	330,500.00
Reversões		(166,007.26)	(166,007.26)
Em 31 de dezembro de 2010	19,810.91	653,629.57	673,440.48
Em 1 de janeiro de 2011	19,810.91	653,629.57	673,440.48
Movimentos do período			
Impacto na demonstração de resultados			
Aumento	15,000.00	273,500.00	288,500.00
Reversões	(4,810.91)	(90,185.22)	(94,996.13)
	10,189.09	183,314.78	193,503.87
Em 31 de dezembro de 2011	30,000.00	836,944.35	866,944.35

As variações registadas no exercício de 2011 decorrem fundamentalmente do aumento da provisão para pagamento de franquias de seguros referentes a sinistros de exploração.

19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe dos Financiamentos obtidos no final dos exercícios apresentados, é como segue:

	2011	2010
Não corrente		
Empréstimos bancários	508,553.54	678,407.36
Locações financeiras	546,402.26	1,230,874.71
Outros financiamentos - empresas do grupo	13,239,256.90	11,943,856.90
	14,294,212.70	13,853,138.97
Corrente		
Empréstimos bancários	180,000.00	180,000.00
Contas caucionadas	-	3,489,000.00
Descobertos bancários (ver Nota 4)	495,255.44	602,763.12
Locações financeiras	686,356.54	1,721,145.68
Outros financiamentos - empresas do grupo	5,387,100.00	2,630,000.00
	6,748,711.98	8,622,908.80

A maturidade dos empréstimos não correntes é a seguinte:

	2011	2010
Não corrente		
1 a 2 anos	2,082,810.75	1,997,532.75
2 a 3 anos	1,769,191.51	1,738,481.87
3 a 4 anos	1,621,353.54	1,424,860.09
4 a 5 anos	1,472,800.00	1,310,000.00
mais de 5 anos	7,348,056.90	7,382,264.26
	14,294,212.70	13,853,138.97

Locações financeiras

O valor atual do financiamento obtido com contratos de locação financeira decompõe-se como segue:

	2011	2010
Locações Financeiras		
Até 1 ano	686,356.54	1,721,145.68
Entre 1 e 5 anos	546,402.26	1,230,874.71
Valor atual do passivo das locações financeiras	1,232,758.80	2,952,020.39

20. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as rubricas de Fornecedores apresentavam a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	2011	2010
Fornecedores gerais	3,481,740.38	4,539,546.33
Fornecedores grupo (ver nota 35.2)	39,447.16	174,697.71
Fornecedores - faturas em recepção e conferência	43,734.89	44,475.82
Total saldo fornecedores - correntes	3,564,922.43	4,758,719.86

O saldo a pagar aos fornecedores - grupo refere-se, fundamentalmente, à aquisição de cartões para passes sociais, à Otlis, ACE.

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe das rubricas de Outras contas a pagar é como segue:

		2011			2010		
		CORRENTE	NÃO CORRENTE (VER NOTAS 13 E 35)	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE (VER NOTAS 13 E 35)	TOTAL
Fornecedores investimentos							
Fornecedores gerais	i)	429,763.26	-	429,763.26	331,907.30	-	331,907.30
Fornecedores grupo (ver Nota 3.2)		0.00	2,300,000.00	2,300,000.00	476,948.84	2,300,000.00	2,776,948.84
		429,763.26	2,300,000.00	2,729,763.26	808,856.14	2,300,000.00	3,108,856.14
Credores por acréscimos de gastos							
Remunerações a pagar	ii)	3,167,264.47	-	3,167,264.47	3,391,323.51	-	3,391,323.51
Outras contas a pagar	iii)	205,260.36	-	205,260.36	216,274.76	-	216,274.76
		3,372,524.83	-	3,372,524.83	3,607,598.27	-	3,607,598.27
Credores diversos	iv)	635,609.70	-	635,609.70	709,273.88	-	709,273.88
Outras contas a pagar		4,437,897.79	2,300,000.00	6,737,897.79	5,125,728.29	2,300,000.00	7,425,728.29

i) Fornecedores gerais - saldo referente à aquisição de bens e serviços relacionados com ativos fixos tangíveis, nomeadamente viaturas, edifícios e outras construções, instalação de equipamentos e outros ativos.

ii) Remunerações a pagar - refere-se a férias, subsídio de férias, prémios e outras remunerações e respetivos encargos sociais que se vencem para pagamento em 2012.

iii) Outras contas a pagar - credores diversos por acréscimos de gastos.

iv) Credores diversos - compreende fundamentalmente valores a pagar a empresas intervenientes na venda de passes multimodais e combinados e regularizações de trabalhos relacionados com sinistros de viaturas.

22. RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Conforme referido na Nota 3.13, a Empresa tem a responsabilidade de pagar pensões de reforma a trabalhadores que se encontravam na situação de reforma à data da sua privatização. As responsabilidades e os correspondentes gastos anuais são determinados com base em estudos atuariais realizados por uma entidade especializada, tendo sido utilizados os seguintes pressupostos e metodologia de cálculo:

	2011	2010
Tábua de Mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Taxa de rendimento do fundo	4%	4.5%
Taxa de crescimento das pensões	2%	0.0%
Número de pagamentos de rendas	13 vezes ao ano	
Metodologia de cálculo das pensões em pagamento	rendas vitalícias imediatas	
	2011	2010
Obrigações no balanço		
de pensões	707,680.00	764,794.47
Gastos nas demonstração dos resultados		
de pensões (ver Nota 27)	52,630.83	116,854.98

23. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados dos períodos apresentados é detalhado como segue:

	2011	2010
Serviços regulares de transporte de passageiros		
Passes sociais	26,586,874.84	25,473,406.84
Bilhetes	15,118,144.07	15,670,944.00
Serviços de aluguer de autocarros de passageiros	6,939,752.67	7,449,064.00
Outros	159,404.88	136,368.63
	48,804,176.46	48,729,783.47

24. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Esta rubrica compreende fundamentalmente subsídios concedidos (i) pelo Estado, a título de indemnizações compensatórias pela prestação de serviço público de transporte de passageiros, no montante de €2.671.320 (2010: €2.744.171) (ver Nota 14) e (ii) pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social como participação nos encargos decorrentes da eliminação das restrições horárias nos passes da terceira idade (PAII), no valor de € 190.947 (2010: € 183.497).

25. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA

Esta rubrica compreende trabalhos efetuados nas oficinas da Empresa relacionados com a preparação de viaturas de transportes de passageiros, adquiridos em estado de uso, com vista à sua utilização na atividade corrente. Em 31 de dezembro de 2011 o montante desta rubrica ascende a €366.036 (2010: €2.969.253), sendo a variação face ao ano anterior explicada pela aquisição, em 2010 de 133 viaturas para renovação parcial da frota (ver Nota 6).

26. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com Fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2011	2010
Subcontratos (i)	28,651.64	32,170.87
Serviços especializados		
Conservação e reparação	2,391,592.00	4,772,155.89
Trabalhos especializados (ii)	486,328.34	541,348.92
Comissões	358,935.55	383,237.96
Vigilância e segurança	486,396.70	382,263.92
Publicidade e propaganda	118,196.68	181,574.38
Honorários	37,734.82	38,511.93
	3,879,184.09	6,299,093.00
Materiais		
Energia e fluidos	393,318.10	429,148.17
Deslocações, estadas e transportes	102,458.75	86,204.14
Serviços diversos		
Rendas e alugueres (iii)	1,254,748.29	1,266,513.93
Portagens	691,461.47	658,913.27
Seguros	475,374.78	483,124.08
Limpeza, higiene e conforto	233,140.19	224,544.59
Comunicação	222,352.26	191,283.15
	2,877,076.99	2,824,379.02
Outros	411,827.00	335,382.28
	7,692,516.57	10,006,377.48

i) Subcontratos: referem-se ao afretamento de autocarros para efetivação de serviços de aluguer.

ii) Trabalhos especializados: valores pagos pela Empresa por serviços de assistência técnica, auditoria, informática (processamento de dados e desenvolvimento de aplicações), qualidade e comunicação e imagem.

iii) Rendas: referem-se ao pagamento de rendas das seguintes instalações:

- Centro de Manutenção de Setúbal
- Centro Operacional de Setúbal
- Centro Operacional de Almada

A variação ocorrida na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, no período findo em 31 de dezembro de 2011 face ao período homólogo do ano anterior, deve-se, fundamentalmente, aos gastos incorridos em 2010 com a preparação de viaturas usadas adquiridas para renovação das frotas (ver Nota 6 e 25).

27. GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal incorridos durante os exercícios de 2011 e 2010 foram como segue:

	2011	2010
Remunerações		
Administração	455,705.39	604,941.95
Pessoal	18,899,261.60	19,072,985.49
	19,354,966.99	19,677,927.44
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	4,236,017.83	4,166,819.35
Pensões (ver Nota 22)	52,630.83	116,854.98
Gastos de ação social	91,120.85	89,401.59
Outros	267,802.03	286,242.68
	4,647,571.54	4,659,318.60
	24,002,538.53	24,337,246.04

O número médio de empregados da Empresa em 2011 foi de 1.155 (2010: 1.151).

28. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A rubrica de Outros rendimentos operacionais apresenta-se como segue:

	2011	2010
Rendimentos suplementares	521,183.19	594,211.57
Sinistros com viaturas	472,141.69	506,113.58
Utilização do subsídio ao investimento (ver Nota 17)	210,085.95	162,974.99
Ganhos em alienação de ativos tangíveis	7,000.00	115,086.88
Descontos de pronto pagamento	106,785.25	111,105.18
Outros rendimentos	75,918.03	56,225.47
	1,393,114.11	1,545,717.67

29. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

O detalhe da rubrica de Outros custos operacionais é apresentado como segue:

	2011	2010
Sinistros com viaturas	413,062.26	389,832.22
Correções relativas a exercícios anteriores	23,431.77	130,573.61
Dívidas incobráveis	3,976.23	85,154.57
Impostos e taxas	68,606.34	61,253.35
Multas fiscais e não fiscais e penalidades	24,149.60	22,647.83
Perdas em inventários	10,363.12	9,903.15
Outros gastos	124,897.08	134,106.76
	668,486.40	833,471.49

30. JUROS E GASTOS SIMILARES

Os juros e gastos similares dos exercícios de 2011 e 2010 decompõem-se como segue:

	2011	2010
Juros suportados de		
Financiamentos bancários	70,386.24	50,433.99
Locações financeiras	52,933.76	61,339.82
Financiamentos de empresas do grupo	503,382.50	71,721.79
Outros gastos similares	83,339.19	20,061.75
	710,041.69	203,557.35

31. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 decompõe-se como segue:

	2011	2010
Capital próprio		
Imposto diferido (ver Nota 9)	352,191.51	27,668.47
	352,191.51	27,668.47
Demonstração dos resultados		
Imposto diferido (ver Nota 9)	(1,107,749.84)	(141,566.11)
Imposto Corrente (ver Nota 13)	90,312.13	35,051.88
	(1,017,437.71)	(106,514.23)

As taxas de imposto adotadas na determinação do IRC dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é conforme segue:

	2011	2010
Taxa nominal de imposto		
Até € 12.500 de matéria colectável	12.50%	12.50%
Superior a € 12.500	25.00%	25.00%
Derrama sobre o lucro tributável	1.50%	1.50%

A reconciliação do montante de IRC dos períodos apresentados é conforme segue:

	2011	2010
Resultado antes de Imposto	(3,968,759.62)	912,328.51
Taxa de Imposto	25%	26.33%
	(992,189.91)	240,204.55
Gastos não dedutíveis	814,848.11	337,733.04
Rendimentos não tributáveis (*)	(830,267.76)	(719,503.70)
Tributação autónoma	90,312.13	35,051.88
Outras	(100,140.28)	-
	(1,017,437.71)	(106,514.23)
Imposto s/ rendimento corrente	90,312.13	35,051.88
Imposto s/ rendimento diferido	(1,107,749.84)	(141,566.11)
Imposto s/ rendimento	(1,017,437.71)	(106,514.23)
Taxa efetiva de imposto	-25.6%	-11.7%

(*) Incluiu o efeito da majoração dos benefícios fiscais relacionados com a criação líquida de emprego (€117.013) (2010: €66.829) e dos gastos suportados com a aquisição de combustíveis (€647.790) (2010: €657.250) para abastecimento de veículos afetos ao transporte público de passageiros (medida decorrente do acordo ANTRON-Governo para 2010, prevista no Orçamento de Estado para 2010, na parte consagrada ao Estatuto dos Benefícios Fiscais no seu Artº 70º - Medidas de apoio ao transporte rodoviário de passageiros e mercadorias).

32. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Empresa tinha as seguintes responsabilidades com rendas vincendas de contratos de aluguer operacional de viaturas, não expressas no balanço:

	2011	2010	
Viaturas ligeiras	344,565.34	264,302.50	
	344,565.34	264,302.50	
Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2011 - viaturas ligeiras de passageiros	149,237.61	195,327.73	344,565.34

33. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Empresa apresenta os seguintes passivos contingentes decorrentes de garantias bancárias prestadas:

Beneficiário	Objeto	2011	2010
Tribunal Trabalho de Lisboa	Processo judicial	27,561.81	27,561.81
Tribunal Trabalho de Setúbal	Processo judicial	11,700.08	11,700.08
Tribunal Trabalho de Almada	Processo judicial	11,813.00	-
Tribunal Trabalho do Barreiro	Processo judicial	14,273.00	-
EDP	Prestação serviços aluguer	-	9,460.80
Chefe Serviço Finanças Almada-2ª. Repartição	IRC 1999	-	-
Câmara Municipal Almada	Prestação serviços aluguer	7,844.85	7,844.85
Câmara Municipal Montijo	Prestação serviços aluguer	-	-
Serviços Municipalizados do Seixal	Contrato consumo de água	2,528.91	2,528.91
Serviços Municipalizados de Almada	Contrato consumo de água	1,710.88	1,710.88
EP - Estradas de Portugal	Prestação serviços aluguer	3,084.90	5,369.70
		80,517.43	66,177.03

34. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Durante os exercícios findos a 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, os quais, contudo, quando incorridos foram registados como gastos do exercício. Os gastos incorridos no exercício foram fundamentalmente provenientes da separação e envio para aterro de resíduos resultantes do desenvolvimento da atividade corrente da Empresa.

No que concerne ao tratamento de óleos, a ECOLUB revalidou a certificação da Empresa no âmbito do SIGOU (Sistema Integrado de Gestão de Óleos Usados), demonstrando deste modo que reconhece as boas práticas ambientais da TST.

35. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa é controlada pela Arriva Transportes da Margem Sul, S.A. que detém 100% do capital da Empresa. A Arriva é detida pela Deutsche Bahn AG (ver Nota 1).

35.1. Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da TST foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. As remunerações atribuídas à Administração pelo desempenho das suas funções encontram-se evidenciadas na Nota 27.

35.2. Transações entre partes relacionadas

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

	2011	2010
Vendas de bens, produtos e serviços		
Prestação de Serviços		
Grupo Acionista		
Arriva International	-	7,650.00
Arriva PLC	8,272.40	294.99
	8,272.40	7,944.99
Associadas		
Otlis, ACE	36,428.00	25,662.00
	36,428.00	25,662.00

	2011	2010
Compras de bens de consumo e ativos fixos tangíveis		
Compra de bens e produtos		
Grupo Acionista		
Arriva Portugal Transportes, Lda	-	848,070.00
Triesti Transporti	-	23,000.00
Arriva Openbaar NV	-	11,305,542.30
Arriva Busfleet	(7,370.23)	-
Arriva Technik	15,596.26	-
DB Bahn - Weser-Ems Busverkehr GMBH	36,200.00	-
DB Bahn - Bvr Busverkehr Rheinland GMBH	54,120.00	-
DB Bahn - Bvo Busverkehr Ostwesfalen GMBH	17,150.00	-
DB Bahn - Rvn Regionalverkehr Niederrhein	29,356.00	-
	145,052.03	12,176,612.30

Associadas		
Otlis, ACE	2,740,948.63	952,246.92
	2,740,948.63	952,246.92

Compra de serviços		
Grupo Acionista		
Arriva Portugal Transportes, Lda	689.96	58,916.67
Arriva Personenvervoer	-	-
Arriva London	-	961.93
Arriva PLC	19,496.26	10,703.53
	20,186.22	70,582.13

Juros de Empréstimos		
DB Mobility Logistics AG	383,186.13	9,636.80
Arriva Transportes da Margem Sul, Lda	61,446.40	62,084.99
	444,632.53	71,721.79
	464,818.75	142,303.92

Associadas		
Rodinform, SA	42,677.00	36,102.00
	42,677.00	36,102.00

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2011	2010
Saldos devedores		
Grupo Acionista		
Arriva Portugal Transportes, Lda	-	-
Arriva International	-	7,650.00
Arriva PLC	-	270.00
Arriva Busfleet	7,370.23	-
	7,370.23	7,920.00

Associadas		
Rodinform, SA	-	25,241.05
Otlis, ACE	12,058.92	117,367.00
	12,058.92	142,608.05

Saldos credores		
Grupo Acionista		
Arriva Portugal Transportes, Lda	725.00	-
Arriva Personenvervoer	-	-
Arriva PLC	2,300,000.09	2,309,000.09
Arriva International	120,690.88	120,690.88
Arriva Transportes da Margem Sul, Lda	8,023,856.81	7,023,856.81
Arriva Openbaar NV	-	5,542.30
DB Mobility Logistics AG	16,956,997.42	12,809,636.80
	27,402,270.20	22,268,726.88

Associadas		
Rodinform, SA	10,590.30	-
Otlis, ACE	38,722.16	651,646.55
	49,312.46	651,646.55

36. EVENTOS SUBSEQUENTES RELEVANTES APÓS O TERMO DO PERÍODO

O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer eventos subsequentes à data de relato que pudessem ter impacto significativo nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2011.





TRANSPORTES
SUL DO TEJO



ANEXOS

NOTES

TRANSPORTES SUL DO TEJO S.A.
RELATÓRIO E CONTAS 2011

TRANSPORTES SUL DO TEJO S.A.
ANNUAL REPORT 2011

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da T.S.T. – Transportes do Sul do Tejo, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 52.060.248 euros e um total de capital próprio de 10.525.652 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.951.322 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7 Os ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2011 incluem o valor despendido para a obtenção do direito de utilização da marca “Arriva” por um período de 15 anos, no montante, líquido de amortizações, de 1.380 milhares de euros. Dadas (i) as alterações registadas, em 2010, ao nível da estrutura acionista do Grupo, (ii) o facto de não termos obtido informação suficiente que nos permita

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o n.º 9077

aferir se o valor recuperável é superior à quantia escriturada desse ativo, e (iii) não ter sido apurado o efeito do desconto para o momento presente do valor a pagar à Arriva plc que será liquidado apenas no final do contrato, não nos é possível concluir sobre a razoabilidade do valor deste ativo intangível e do valor a pagar à Arriva plc, no montante de 2.300 milhares de euros, registado no passivo não corrente (2010: ativo intangível no valor de 1.532 milhares de euros e passivo não corrente no valor de 2.300 milhares de euros).

Opinião

8 Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação referida no parágrafo 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da T.S.T. - Transportes Sul do Tejo, SA em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

31 de maio de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão, R.O.C.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, SA relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, exceto no aspeto mencionado na Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa, evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.


PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt

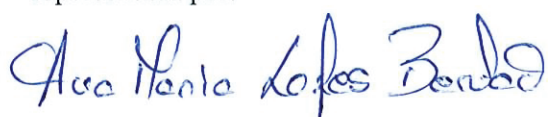
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

31 de maio de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão, R.O.C.

TST - TRANSPORTES SUL DO TEJO S.A.

Rua Marcos de Portugal - Laranjeiro
2810-260 Almada - Portugal
T.: 211 126 200
www.tsuldotejo.pt

